

Arquivos: memórias vivas de Goiás: a criação de uma instituição de arquivo na cidade de Goiás

Rosane Montiel

Apresenta o trabalho de recuperação do patrimônio documental da cidade de Goiás e comprehende tanto a natureza dos acervos existentes na cidade quanto as formas de interação produzidas no confronto universidade-comunidade. Trata-se do relato de uma atividade de pesquisa e extensão, fruto de um convênio entre o Departamento de Ciência da Informação e Documentação (CID) da Universidade de Brasília e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com o objetivo da criação de uma instituição de arquivo na cidade de Goiás.

Palavras-chave: Patrimônio documental - Cidade de Goiás (Goiás, Brasil).

1 INTRODUÇÃO

Muito se tem apresentado e discutido a respeito da necessidade de uma aproximação maior entre as demandas sociais e o conhecimento produzido e acumulado pelas universidades. Dentre os pressupostos dessa proposição, encontra-se a afirmativa que ao transpor os "muros" do campus universitário e se confrontar com as múltiplas e diferentes necessidades presentes na sociedade, os saberes acadêmicos sofrem um processo de avaliação. A interação dialógica com a comunidade torna-se fecunda em dois aspectos: por um lado, porque permite a verificação e depuração do conhecimento acadêmico, novas questões ingressam no universo já existente e os horizontes se ampliam. Por outro, porque dessa relação surgem soluções concretas para os problemas vividos, a universidade aprende com as experiências da comunidade e, inversamente, multiplica e transmite seus conhecimentos.

O presente artigo tem por objetivo apresentar a experiência das atividades de recuperação do patrimônio documental existente na cidade de Goiás e discutir as possibilidades de interlocução entre os saberes acumulados na universidade e os saberes produzidos na vivência cotidiana do trabalho com os documentos de arquivo. Trata-se de um trabalho de extensão universitária, que vem se desenvolvendo desde 1995 pelo Curso de Arquivologia do Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Esse estudo envolve três dimensões interativas: a realidade dos acervos dispersos nas várias instituições existentes na cidade, os sujeitos envolvidos direta ou indiretamente na preservação do patrimônio documental da cidade de Goiás e, por fim, o Curso de Arquivologia. Assim, essas realidades interligadas deverão ser discutidas abordando: um breve histórico do trabalho desde a origem do convênio UnB-IPHAN; o contexto onde se desenvolve o trabalho - a cidade de Goiás; os agentes sociais que atuam na preservação desse patrimônio e, por fim, um relato crítico das experiências dessa atividade de extensão.

2 HISTÓRICO DO TRABALHO

A idéia de criação de uma Instituição de Arquivo¹ responsável pela custódia dos diversos acervos existentes na cidade de Goiás não é nova. Ela vem sendo alimentada desde o tombamento, na década de 70, do edifício nomeado “Sobrado da Real Fazenda”. Esse edifício, construído na segunda metade do século XVIII com o objetivo de abrigar a Junta da Real Fazenda, instituição da administração metropolitana na então Capitania de Goiás, sediou também a Secretaria da Fazenda da Província de Goiás e, posteriormente, a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Goiás.

A necessidade de uma instituição com esse perfil fazia-se sentir desde o início dos anos cinquenta, quando foi encontrado um grande volume de documentos nos porões da antiga sede da Delegacia da Receita Federal. Em 1954, esse acervo, praticamente desconhecido, foi doado ao recém-criado Museu das Bandeiras, instituição ligada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Entretanto, somente em 1993 surgiram iniciativas mais concretas no sentido de criação de uma instituição de arquivo. Nessa ocasião, foi decidido formalmente que o edifício “Sobrado da Real Fazenda” se destinaria a essa finalidade e que, portanto, todo o projeto de restauração do edifício deveria ser orientado para abrigar um depósito de arquivo.

Em 1995, por intermédio do Arquivo Nacional, o IPHAN entrou em contato com o curso de Arquivologia no intuito de estabelecer uma parceria de cooperação técnica. Assim, em outubro desse mesmo ano, realizamos um diagnóstico de todos os acervos existentes na cidade.

3 RUMO AO DESCONHECIDO: O DIAGNÓSTICO

O diagnóstico teve por objetivo identificar a situação dos fundos arquivísticos existentes na cidade. Partimos, portanto, do princípio de respeito aos fundos de arquivo. Enunciado pelo historiador francês Natali de Wailly, em 1841, o conceito de fundo de arquivo pressupõe que todo documento deve ser deixado, ou recolocado quando for o caso, no fundo arquivístico do qual provém e, neste, no seu lugar de origem (Couture e Rousseau, 1982, p. 135). O conceito de fundo de arquivo implica, portanto, na historicidade da instituição e/ou pessoa física ou jurídica geradora. Assim, considerando a unicidade de cada instituição, documentos provenientes de instituições diferentes não devem ser misturados. O desrespeito à integridade do fundo pode resultar na perda do valor de testemunho dos documentos², ou seja, na perda do contexto histórico que os conjuntos orgânicos de documentos evidenciam.

Dessa forma, a realização do diagnóstico procurou contemplar três aspectos componentes da mesma realidade, ou seja, da integridade dos fundos de arquivo. Esses aspectos consistem: no contexto da produção documental, no tratamento técnico-arquivístico atribuído aos documentos e no universo dos agentes sociais que atuam ou atuaram na preservação de tais acervos. Esses três

¹ O termo “Instituição de Arquivo” foi empregado no texto com o objetivo de melhor explicitar a acepção do conceito “Arquivo”, uma vez que este possui múltiplos significados. Assim, segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística, no sentido das instituições responsáveis pela salvaguarda e a custódia dos fundos de arquivo de caráter permanente, constitui-se “...Entidade administrativa responsável pela custódia, pelo processamento técnico e pela utilização dos arquivos sob sua jurisdição. CAMARGO, Ana Maria de Almeida, BELLOTO, Heloísa L. (Coord.). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo : Associação dos Arquivistas Brasileiros/ Núcleo Regional São Paulo. Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 1996.

²Embora o conceito de fundo de arquivo seja atribuído por quase todos os estudiosos da teoria arquivística a Natali de Wailly, ele surge anteriormente em algumas outras regiões e Estados. O arquivista italiano Hélio Lodolive identifica os elementos que deram origem ao princípio já no século XIV. Lodolive, Hélio. **Archivística: principios y problemas**. Madrid, La Muralha, 1993. Sobre o assunto ver mais especificamente o capítulo “La reconstitución del orden originario”.

fatores permitiram-nos compreender se havia sido preservada a integridade dos fundos e, caso contrário, que fatores levaram à sua desintegração.

Para conhecer o contexto de produção documental buscamos identificar as instituições produtoras dos fundos, traçando um breve histórico de cada instituição com suas principais atribuições e as modificações que sofreu ao longo do tempo. Além disso, realizamos uma prospecção no conteúdo de cada fundo para conhecer a natureza diplomática dos documentos que possui e identificarmos sua importância para a pesquisa: a originalidade do acervo, os temas, problemas e assuntos tratados, as datas-limite etc.

O nível correspondente ao tratamento técnico-arquivístico buscou identificar que formas de intervenção o acervo sofreu, ou seja, se houve alguma classificação e qual sua lógica; se passou por processos de avaliação, seleção e descarte ou eliminação e, em caso positivo, quais os critérios utilizados, se há algum registro das eliminações (listagens de descarte ou tabelas de temporalidade); se houve eliminação de partes do acervo por fatores acidentais; se existem instrumentos ou mecanismos de recuperação da informação e, por fim, qual o estado geral de conservação do acervo.

Os sujeitos sociais envolvidos na preservação desses arquivos constituíram um dos elementos centrais dessa primeira fase da investigação. Afinal, além de serem nossos principais interlocutores, são profundos conhecedores dos arquivos dos quais são responsáveis e sobre todas as incorrencias que os circundam. Creio que nem mesmo esses sujeitos, os agentes sociais da memória, são conscientes do potencial e do significado das informações que possuem. Assim, procuramos qualificar quem são esses agentes sociais investigando suas origens sociais, sua trajetória de trabalho com os arquivos, que expectativas nutrem com esse trabalho, que atividades específicas desenvolvem ou desenvolveram; em suma, tudo o que nos permitiria visualizar seu universo de valores e conhecimentos e as implicações do seu trabalho na preservação dos acervos.

Visitamos 14 instituições, sendo apenas quatro de origem pública (o Museu das Bandeiras, a Câmara, a Prefeitura e o Poder Judiciário) e as demais de natureza privada. São elas: o Hospital Pedro de Alcântara; a Fundação Educacional da Cidade de Goiás; o Convento do Rosário; o Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais; a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos; o Cartório do 1º Ofício de Registro Geral de Imóveis e Tabelionato; a Diocese; o Gabinete Literário Goiano; o Cartório do II Ofício de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos, Protesto e II Tabelionato de Notas; o Museu das Bandeiras; a Câmara Municipal; o Poder Judiciário e a Prefeitura. Uma breve descrição de todas as instituições analisadas pode ser encontrada em anexo.

4 ANÁLISE DO DIAGNÓSTICO

O resultado do diagnóstico foi surpreendente. Constatamos que os documentos possuem inquestionável valor, sendo de grande relevância para a pesquisa, pois possibilitam a compreensão não apenas do desenvolvimento regional (cidade, Estado de Goiás e região Centro-Oeste), mas também de suas inter-relações com as dimensões nacionais e internacionais de poder. Todo o início da colonização, assim como o desenvolvimento político, econômico e cultural da região transparecem nos documentos encontrados nos vários acervos. Ademais, dadas as condições em que encontramos certos documentos, fica evidente tratarem-se de documentos inéditos, de grande potencial para o desenvolvimento de novas frentes de pesquisa.

Entretanto, nos chamou atenção o nível de dispersão e fragmentação em que se encontram os acervos. Diante dessa situação, bastante atípica, iniciamos uma pesquisa cujos objetivos são tanto localizar os fragmentos dos acervos dispersos quanto compreender as condições históricas em que se gestou esse quadro de desagregação dos arquivos. Procuramos também identificar o lugar respectivo à jurisprudência dos arquivos. Segundo o arquivista italiano Hélio Lodolini (1993), o

conceito de lugar é sempre fundamental para a existência de um arquivo e para a garantir a fé pública dos documentos.

A dispersão dos arquivos tem suas raízes em dois pólos: um primeiro reside na trajetória das instituições produtoras no contexto histórico da cidade; o segundo diz respeito às formas de intervenção dos agentes sociais da memória nesses arquivos. Assim, a necessidade de retrospecção na historicidade da cidade, bem como dos sujeitos atuantes na preservação do patrimônio é fundamental para a compreensão das condições em que se encontram os acervos e, inversamente, tais acervos são reveladores dos processos e percalços a que foram submetidos.

Faz-se necessário, entretanto, observar que a História não é e nem pretende ser neutra. A questão da relação subjetividade-objetividade na História é objeto de reflexão de muitos historiadores de diferentes concepções teóricas. Interessa-nos aqui enfatizar que a História não se constitui em um produto definitivo, pronto e acabado; mas, sim, em um processo social em que os indivíduos estão engajados como seres sociais. Portanto, o trabalho de um historiador está, inexoravelmente, imbricado tanto com as opções e as possibilidades da pesquisa que realiza quanto, e sobretudo, com o fato de que o historiador, além de indivíduo, está inserido no contexto social e representa, conscientemente ou não, a sociedade à qual pertence.

Entre os estudiosos das Ciências Sociais é amplamente difundida a compreensão de que os indivíduos e, portanto, os cientistas sociais são parte de um tempo e de uma sociedade historicamente definida e que seu olhar sobre os fenômenos sociais reflete, *de per si*, uma historicidade e uma temporalidade. O historiador Eduard Carr, ao discutir a atividade do historiador como produto do seu tempo e das relações entre os indivíduos e a sociedade, afirma: "...o trabalho do historiador reflete a sociedade na qual trabalha. Não são apenas os acontecimentos que estão em fluxo. O próprio historiador está em fluxo...". Dessa forma, "... não se pode compreender ou apreciar completamente o trabalho do historiador a menos que se aprenda antes o ponto de vista que determinou a sua abordagem ...[já] que aquele ponto de vista está ele mesmo enraizado num *background* social e histórico" (Carr, 1982, p3 7).

A inserção histórica que pretendemos com esse trabalho se constitui, portanto, em uma leitura da realidade com a qual nos deparamos. Vale dizer também que os resultados e reflexões aqui apresentados são frutos de uma pesquisa que está em curso e, naturalmente, tem muito a caminhar. Portanto, tratam-se de conclusões parciais, cuja proposição é justamente abrir o debate para críticas e contribuições. Outrossim, não se trata de um trabalho na perspectiva e com o volume de uma pesquisa histórica, mas de uma pesquisa arquivística que possui interfaces com a História.

5 O CONTEXTO: A CIDADE DE GOIÁS

Nascida no bojo da expansão aurífera do século XVIII, a cidade de Goiás rapidamente tornou-se um importante centro político e econômico. As primeiras Bandeiras adentraram a região na busca de índios para mão-de-obra escrava ainda no século XVII e fundaram, em 1727, o arraial de Sant'Ana, que tornou-se paróquia em 1737 e comarca em 1738. Com a descoberta do ouro e o crescimento expressivo do fluxo migratório, o arraial foi transformado em *Vila Boa de Goiaz*, em 1739.

A mineração ocupou um papel central na exploração econômica da região durante todo o século XVIII. Todo o povoamento e ocupação da região foi definido em função da exploração aurífera. A historiadora Marivone Matos Chaim apresenta o período correspondente a 1726-1735 como o apogeu da extração do ouro em Goiás (Chaim, 1987). Nesse mesmo período foi possível observar a instalação de todos os mecanismos de controle da metrópole, para garantir a devida cobrança de impostos e impedir o contrabando do minério.

Em 1744, criou-se a Capitania de Goiás cuja sede da administração era *Vila Boa de Goiaz*. Até essa ocasião a região de Goiás estava vinculada administrativamente à capitania de São Paulo. A criação da Capitania representou um crescimento da estrutura da administração colonial, com a criação da Casa de Câmara e Cadeia, da Junta da Real Fazenda, das Intendências das Minas, entre outras instituições.

Entretanto, a partir de 1760 a exploração do ouro entrou em um declínio vertiginoso. Segundo Paulo Bertran (1994), na década de 1750 a produção média anual era de 2.500 quilos, já nos anos 60 essa média caía para 1.700 quilos, cerca de 30% a menos. Essa queda se acentua na década de 70, quando a produção caiu para cerca de 50% dos níveis atingidos nos anos 50.

O final do século XVIII foi marcado não apenas pelo declínio da produção aurífera, como também corresponde ao início de um período de estagnação econômica. Essa estagnação se refletiu no desenvolvimento regional. Houve um grande êxodo populacional. Muitas das vilas nascidas da exploração do ouro ficaram praticamente abandonadas, outras desapareceram.

Durante todo o século XIX a sociedade goiana permaneceu em um relativo isolamento em relação ao centro político do País. Aos poucos, o centro da economia foi substituído do ouro, e outros minerais, para a pecuária. A criação bovina chegou a ocupar, em meados do século, 70% da pauta de exportação de Goiás.

O isolamento político e econômico de Goiás em relação ao restante do País passou a ser atribuído, por setores da oligarquia local, à ausência de uma cidade que representasse um centro político a nível regional. Essa cidade poderia cumprir um papel dinamizador da economia e facilitar o crescimento da então província de Goiás.

A cidade de Goiás, para esses setores da oligarquia, não era capaz de desempenhar esse papel. A incapacidade era atribuída à cidade em função de sua localização geográfica. Construída no vale da Serra Dourada, a cidade era de difícil acesso. Entretanto, a necessidade de mudança da capital atendia sobretudo a interesses e demandas de diferentes grupos da elite local na disputa pelo poder na região.

Assim, desde a sua origem, o projeto de mudança da capital se configurou como uma situação de conflito entre diferentes setores da oligarquia. A partir do final do século XIX, início do XX, a proposta de mudança na capital começou a adquirir contornos mais precisos. No início da década de 30, constituiu-se um grupo com o objetivo de estudar a região mais apropriada para sediar a nova capital. Desse grupo, surgiram os primeiros esboços de Goiânia.

Em 1934, o então governador do Estado, Pedro Ludovico, lançou a pedra fundamental da cidade de Goiânia. Esse fato desencadeou uma enorme reação dos vilaboenses (moradores da cidade de Goiás), contrários à mudança da capital que, até essa ocasião, eram descrentes da concretude do projeto. A reação deu origem a um movimento popular, que contou também com a participação de deputados de oposição e de setores da elite local. Todo processo de consolidação da criação de Goiânia, como novo centro político do Estado, se deu em meio a manifestações de resistência e a conflitos.

A nova capital somente foi instalada em 1937, sob a égide do “Estado Novo” e com o auxílio da repressão militar. Em resposta à oposição dos vilaboenses à mudança da capital, o governador Pedro Ludovico fechou todas as instituições que viabilizavam a vida na cidade. Assim, foram transferidos para Goiânia, além de toda a estrutura administrativa do Estado de Goiás, as escolas públicas, os hospitais, a biblioteca pública.

Sem condições de sobrevivência, muitos moradores abandonaram a cidade. Segundo depoimento do Sr. Hercival Castro, um dos fundadores da Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT), a cidade ficou completamente abandonada. Ao abandonarem a cidade, as famílias destelhavam suas casas, como uma manifestação de mágoa e rancor por terem que deixar

a cidade. Muitos documentos foram queimados em praça pública. A mudança da capital representou, portanto, um cisma, uma ruptura que deixa sentir suas seqüelas até os dias de hoje.

6 A SITUAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Por ocasião da conturbada mudança da capital, houve também a transferência dos documentos. Não existia uma instituição arquivística responsável pela custódia e preservação dos documentos. Os arquivos ficavam depositados na sede do governo e nas diversas instituições sucessoras das respectivas instituições coloniais e imperiais. O tumulto da mudança da capital se refletiu também na transferência dos documentos. Segundo depoimentos de moradores da cidade, hoje com mais de 70 anos, muitos documentos foram transportados até mesmo em carros de boi, caixas de documentos foram utilizadas para auxiliar a desatolar os carros na estrada.

Pouco podemos afirmar sobre a veracidade de tais depoimentos. O fato é que a forma como foram transferidos os documentos durante a mudança da capital se constituiu em um fator decisivo na dispersão dos arquivos.

A operação de transferência dos arquivos, por ter sido realizada sem nenhum instrumento de controle, deixou na cidade de Goiás fundos inteiros e fragmentos de fundos. Esse foi o caso dos documentos produzidos pela Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional. Junto a esse arquivo estavam também os acervos produzidos, respectivamente, pela Junta da Real Fazenda e pela Secretaria da Fazenda da Província de Goiás.

A dispersão dos arquivos *de per si* é reveladora de muitos aspectos desse processo de mudança da capital, bem como de aspectos da tradição política brasileira, dentre os quais: o descaso para com a coisa pública existente por parte de certos setores da oligarquia dominante e, em decorrência, a quase inexistência dos compromissos de “prestação de contas” a que devem se submeter os gestores do Estado e da garantia dos direitos sociais dos cidadãos, interesses primários da preservação dos documentos de arquivo.

Os interesses secundários, para a realização de pesquisas e para a relação com as memórias e as imagens sociais, também se encontram negligenciados. As possibilidades de desenvolvimento da pesquisa histórica, antropológica, sociológica, entre outras áreas, está diretamente vinculada à disponibilidade de fontes documentais, cujos registros evidenciam as diversas formas de manifestações e organizações sociais. Assim, por meio dos vestígios e legados documentais das sociedades que nos antecederam, os pesquisadores obtêm os indícios necessários para tecer as suas interpretações e compreensões.

7 OS AGENTES SOCIAIS DA MEMÓRIA E A QUESTÃO DA PRESERVAÇÃO

A necessidade de se estudar o papel e as práticas dos sujeitos envolvidos com a produção e/ou preservação dos patrimônios culturais foi proposta pelo historiador Ulpiano Bezerra Meneses em seu artigo “A história cativa da memória?”. O objetivo do artigo foi repor a condição de fato social da memória e definir melhor a sua fronteira com a história. Para tal, o autor selecionou cinco problemas centrais: “...a resgatabilidade da memória, o peso do passado, a memória indivisível, a marginalização do esquecimento e, finalmente, as estratégias e a administração da memória...” (Meneses, 1995). Para o autor, caracteriza-se usualmente a memória como um objeto concreto, confeccionado no passado. Assim, fala-se em preservação da integridade da memória. Entretanto, Ulpiano discute que a substância da memória não pode ser reduzida a um pacote pronto. Ao contrário, a memória se constitui em um processo contínuo de reconstrução. O resgate da totalidade e da heterogeneidade da memória é, em última análise, uma ilusão.

Entre as questões discutidas por Ulpiano, a que tange mais diretamente a prática arquivística é a gestão da memória. Segundo o autor, há uma tendência a reduzir a memória a seus produtos. Assim, fragmentos de acervos ou fundos específicos são tomados como “a memória” da instituição ou mesmo do setor do qual ela faz parte. Dessa forma, por exemplo, o fundo de uma indústria é considerado como a memória da indústria. Com isso há o risco de reificação da memória e, sobretudo, de se encobrirem as diferenças, as heterogeneidades e as desigualdades.

Ulpiano observa que “...para cobrir a problemática social da memória é necessário considerar não somente o sistema (os mecanismos, os suportes/ vetores/ referenciais), os conteúdos (as representações), mas também incluir os agentes e suas práticas (...). Sem a investigação sobre os agentes ativos e passivos da memória - os bardos e rapsodos da epopéia, os escribas e escrivães, feiticeiros, líderes políticos e religiosos, arquivistas, museólogos, vizinhos, velhos, avós e netos, filhos, testemunhas autorizadas, vigilantes, adolescentes, alunos, recrutas, turistas, etc., etc., etc. – debilita-se o estudo da memória...” (Meneses, 1995). Assim, no processo de organização dos documentos, tanto o arquivista quanto os indivíduos que atuam nos arquivos, se constituem em agentes que interferem na construção da memória e na seleção do patrimônio cultural de uma sociedade.

Os debates sobre o patrimônio cultural apontam hoje para a necessidade de uma reflexão sobre o que devemos entender como patrimônio e como identidades nacionais e quais relações de significação se estabelecem entre esse patrimônio e as comunidades envolvidas com sua produção ou sua preservação. Nesse debate gostaríamos de apresentar algumas questões referentes às relações que se estabelecem entre os acervos arquivísticos, enquanto objetos desse patrimônio cultural, e os sujeitos que atuam ou atuaram na sua salvaguarda.

A reflexão sobre as interações patrimônio-comunidade, mais precisamente sobre os arquivos e os responsáveis por sua guarda, permitirão qualificar: quem são esses sujeitos? Que mecanismos e recursos dispõem para a guarda dos acervos? Quais formas de intervenção realizam ou realizaram? Que compreensão possuem do seu trabalho e dos arquivos? Ao reconhecermos nesses indivíduos os nossos principais interlocutores admitimos que tanto do ponto de vista técnico as informações que possuem são fundamentais para compreensão do complicado mosaico que formaram os documentos, quanto que eles se constituem no elo essencial que justifica a necessidade de preservação de tais documentos.

É necessário explicitarmos que os dados aqui apresentados tratam-se dos resultados parciais de uma pesquisa que ainda está em curso. Nessa primeira fase, entrevistamos vinte e duas pessoas. Privilegiamos aqueles diretamente envolvidos com a conservação e a guarda dos documentos. Eventualmente, para não ferirmos interesses e sentimentos, vimo-nos obrigados a entrevistar indivíduos que ocupavam cargos hierarquicamente superiores, tal como o de presidente de alguma instituição.

Dessa forma, foi possível identificarmos dois tipos de agentes fundamentais: aqueles que atuam no cotidiano com os documentos, os operadores, e aqueles que atuam na gerência e coordenação das instituições de custódia dos documentos, os gestores. Dentre os operadores, encontramos pessoas muito simples, tratam-se de: paroquianos, professoras aposentadas, secundaristas, doceiras, marceneiros, funcionários públicos de nível primário. São indivíduos que possuem ou possuíram outras formas de sobrevivência além do trabalho com os arquivos, já que na maior parte dos casos realizam um trabalho voluntário ou com remuneração irrisória. Apenas uma operadora possui formação universitária. Nenhum deles recebeu formação específica sobre trabalho com arquivos, apenas três realizaram um curso de restauração de documentos.

Esses operadores trabalham por verdadeira devoção a esses acervos. É quase uma profissão de fé. Trabalham na maior parte das vezes em condições precárias e até mesmo insalubres. O depoimento da sra. Lindaura é revelador desse envolvimento: “...Eu trato esses documentos como se fossem meus filhos, afinal eles são o futuro para os meus filhos. É uma homenagem aos meus

antepassados...”³. Esse relato nos mostra que muitas vezes o trabalho com os arquivos adquire uma representação muito maior, constitui-se na possibilidade de se estabelecer um elo entre o passado e o futuro. Entre as glórias da antiga capital e o futuro da cidade por vezes à mercê do descaso e do abandono. Entre os ancestrais e as gerações por vir. Entre o novo e o velho, as permanências e as rupturas. Em vários depoimentos ficou evidente que existem reflexões e elaborações em diferentes níveis sobre o significado daquele patrimônio para a comunidade.

Subacente às falas colocando em relevo a importância que cada agente atribui à preservação das memórias e dos documentos da instituição à qual estão vinculados e onde atuam, ficam evidenciadas relações de poder. Essas relações se constituem em mais um componente a ser considerado para a continuação das pesquisas.

8 CONCLUSÕES

Há um longo caminho de pesquisa ainda a percorrer. Entretanto, as possibilidades de interlocução entre a comunidade-Universidade constituem-se em um ponto central da reflexão. Muitas vezes as soluções técnicas pensadas pelos conhecimentos acadêmicos passam distante das expectativas e demandas da comunidade, ou seja, a racionalidade técnica presente nas propostas de tratamento a ser atribuído aos diferentes acervos não coincide com as representações que adquirem os documentos. Essa dessincronia, por vezes embaralhosa, pode ser também profundamente enriquecedora para a compreensão da problemática dos arquivos não somente sob o prisma da técnica, mas sobretudo das múltiplas dimensões relacionadas à seleção/preservação que se opera no patrimônio.

Nessa perspectiva, ganhar a participação dos alunos do curso de Arquivologia para o estudo e a reflexão sobre uma teia tão complexa das práticas e representações tem se constituído em um dos objetivos fundamentais que norteiam a continuação do trabalho.

A participação dos alunos tem acontecido sistematicamente, durante as disciplinas Arquivo Permanente I e Arquivo Permanente II, do curso de Arquivologia do Departamento de Ciência da Informação e Documentação, oferecidas por mim nos últimos dois semestres. A viagem acontece durante os finais de semana, pois a cidade dista de Brasília 340km. Na ocasião, os alunos têm possibilidade de entrar em contato com documentos produzidos desde o século XVIII e realizar atividades referentes à prática arquivística em arquivos permanentes. Por outro lado, é um momento privilegiado para a compreensão ou ao menos para despertar nos alunos a importância das questões que tangem a preservação do patrimônio documental, as múltiplas significações que ele adquire para a comunidade e as práticas arquivísticas, já que os alunos entram em contato direto com os agentes sociais da memória e as realidades por eles vividas.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 A MODERN ARCHIVES READER: basic readings on archival theory and practice. Washington: National Archives Trust Fund, 1984.
- 2 ASSOCIATION DES ACHIVISTES FRANÇAIS. *Manuel d'archivistique*. Paris: SEVPEN, 1970.
- 3 BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

³Depoimento colhido em 23/10/1995 da sra Lindaúra Pacheco, funcionária da Prefeitura.

- 4 CHAMPAGNE, M. e CHOUINARD, D. *Le traitement d'un fond d'archives: ces documents historiques*. Montreal: Documentor, 1987. v
- 5 COOK, T. *La evaluation archivistica de los documentos que contienen informaciones personales: um estudo del RAMP CON DIRECTRICES*. Paris: UNESCO, 1991.
- 6 COUTURE, Carol. Notions fondamentales de l'Archivistique Intégrée (partie 1). Montreal. *Actes du XI^{le} Congrès International des Archives*. 6-11, set. 1992.
- 7 COUTURE, Carol e ROUSSEAU, Jean Yves. *Les archives au XXe siècle*. Montreal: Université de Montreal, 1982.
- 8 DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros/Cenadem, 1990.
- 9 DUCHEIN, Michel. Archives, archivistiques, Archivistique: definitions e problematique. In: *La pratique archivistique française*. Paris: Archives Nationales, 1993.
- 10 DUCHEIN, Michel. El respecto de los fondos en Archivistica. *Revista del Archivo General de la Nación*. Buenos Aires. v. 5, p. 7-31, 1976.
- 11 FAVIER, Jean. *Les archives*. Paris: Presses Universitaires de France, 1965.
- 12 HEREDIA HERRERA, Antonia. *Archivistica: teoria e prática*. Sevilla: Diputación Provincial, 1990.
- 13 INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Dictionary of archival terminology*. New York: Ed. Peter Walne, 1984.
- 14 ISAD (G): *norme générale et internationale de descripcion archivistique*: adapté par la comission ad hoc sur les normes de descripcion. Stockholm, Suécia, 21-23 de jan., 1993. (versão final adotada pela CIA).
- 15 LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- 16 LODOLLINI, H. *Archivistica. Princípios y problemas*. Madrid: La Muralla, 1993.
- 17 MENESSES, Ulpiano Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Rev. Inst. Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 34, 1992.
- 18 NOUGARET, Christine. Classement et descripcion: des principes à la pratique. In: *La pratique archivistique française*. Paris : Archives Nationales, 1993.
- 19 PETILLAT, Christine. COUTURE, Carol. Notions fondamentales de l'Archivistique Intégrée (partie 2). Montreal. *Actes du XI^{le} Congrès International des Archives*. 6-11, set. 1992.
- 20 SCHELLENBERG, T.R. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. Rio de Janeiro : FGV, 1980.

Live memories of Goiás (Brazil): the creation of its archives

Describes an effort developed in the Brazilian town of Goiás (GO) towards the recovering and preservation of its archival records, sponsored by the University of Brasília's Departamento de Ciência da Informação e Documentação (its course on archival management) and the country's national institute for preservation of historical and artistic heritage (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) with the objective of proposing the creation of an archival institution in that town. Both the understanding of the nature of the existing documents kept in the local institutions and the interaction resulting from the students' and local community work are presented.

Key words: *Archival records - Goiás, Brazil.*

Rosane Montiel

Mestre em História Social, pela Universidade de São Paulo. Professora assistente no Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília.

Universidade de Brasília. Departamento de Ciência da Informação e Documentação

Campus da UnB - Asa Norte

Brasília – DF

SQN 415 Bloco C Ap. 303

70.878-030 - Brasília - DF

Tel (061) 274-0524

Anexo

1 Hospital de Caridade Pedro de Alcântara

Fundado como entidade filantrópica, por Carta Imperial, em 25 de janeiro de 1825, sua manutenção é realizada por junta administrativa, nomeada por um período de cinco anos. O hospital permanece ativo e é um dos mais importantes da região e seu acervo arquivístico encontra-se hoje disperso em pelo menos quatro depósitos: Museu das Bandeiras, Fundação Educacional da cidade de Goiás, Convento do Rosário e no próprio Hospital. Esse acervo disperso é constituído por livros de tesouraria e do departamento de pessoal do Hospital, datados de 1848 a 1992, cartas oficiais, certificados, um diploma da medalha militar de 1898 a 1918 e livros de despesas, regulamentos do serviço sanitário e relatórios, datados de 1872 à 1916. Essa documentação é bastante relevante para a pesquisa histórica e sociológica voltada à saúde, pois contém importantes dados referentes ao funcionamento dos hospitais em meados do século passado, às políticas sanitárias públicas e privadas, incluindo gastos com a saúde, e às condições de vida da população e do setor médico em geral.

2 Fundação Educacional da Cidade de Goiás (FECIGO)

A FECIGO, também conhecida como Fundação Frei Simão Dorvi, foi criada em 1970 pelo frei italiano Simão Dorvi, em associação com a sra. Antolinda Baia Borges e o sr. Élder Camargo de Passos (vice-presidente e presidente, respectivamente), visando a criação da Faculdade da cidade de Goiás, hoje chamada Faculdade Cora Coralina. A FECIGO, se por um lado possui um acervo de uma riqueza incontestável, por outro é uma das instituições mais responsáveis pela total dispersão de diversos fundos de arquivo produzidos por instituições da cidade e de cidades do entorno. Seu acervo é composto por uma pluralidade de fundos e pedaços de fundos de diferentes instituições, entre as quais os Câmara Municipal, prefeituras, Poder Judiciário, várias irmandades, o Hospital de Caridade Pedro de Alcântara e outros, cujas datas-limite vão de 1724 a 1880.

3 Convento do Rosário

Fundado em 1883, por padres dominicanos franceses convidados pelo bispo, o Convento do Rosário abrigava missionários que exerciam, na época, o trabalho pastoral e sacramental de toda a região do Araguaia - Formosa, Tocantins (Porto Nacional), Ilha do Bananal e Conceição do Araguaia. Com exceção da Ilha do Bananal, em todos os outros lugares os missionários fundaram posteriormente conventos. Graças à intervenção do frei Simão Dorvi, amante dos documentos, o Convento do Rosário também possui diversos fragmentos de fundos, coletados por esse frei em suas andanças pela cidade e arredores. Antes de voltar para a Itália, por volta de 1974, frei Simão separou os documentos que acreditava serem de sua Fundação, a FECIGO, dos documentos que considerava serem da Diocese. Essa questão da propriedade dos documentos é bastante complexa e merece reflexão à parte.

4 Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais

O cartório tem como objetivos gerais o registro de nascimentos, casamentos, óbitos, emancipações e interdições. Durante os períodos colonial e imperial, eram as igrejas que realizavam o registro civil; os cartórios só assumiram essa função a partir do período republicano. O acervo possui 6 metros lineares e contém registros de casamento, processos de casamento,

justificações de óbitos, processos de emancipação e requerimentos de registro de nascimento. Esses documentos datam de 1889 a 1984 e estão armazenados no porão da casa da mãe do oficial de registro civil, à mercê da destruição.

5 Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos

Fundada em 1745 pelo padre espanhol João Perestelo de Vasconcellos Espinolla, a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos constitui-se, ainda hoje, na instituição responsável pela manutenção das tradições das festividades do “Senhor Bom Jesus dos Passos”, realizadas ao longo da quaresma e da Semana Santa. Dentre as festividades, a Procissão do Fogaréu, representando a procura e a prisão de Cristo, é uma das poucas sobrevivências da tradição deste gênero no Brasil.

O acervo da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos compõe-se basicamente por livros das atas das reuniões, atas das assembléias, termo de compromisso de ingresso dos irmãos, roteiros preparatórios da via sacra, livros caixa, recibos de pagamento, formulários de admissão, relatório de atividades da administração da Irmandade, fichas de ingresso na instituição e de controle de pagamento e partituras musicais datadas do século XIX. As datas-limite dos documentos abrangem o período de 1825 a 1995, sendo que as atas de reuniões e assembléias constituem os documentos mais antigos. Os documentos do acervo da Irmandade são de grande interesse para a pesquisa histórica uma vez que permitem a investigação e compreensão de uma forma de organização social que remonta ao período colonial permanecendo em atividade até os dias de hoje.

6 Cartório do I Ofício de Registro Geral de Imóveis e Tabelionato

Fundado oficialmente em 1870, o Cartório de I Ofício de Registro Geral de Imóveis e Tabelionato cumpre funções notariais de registro e escrituração pública dos bens imóveis da região. Embora fundado oficialmente em 1870, o Cartório possui documentos desde 1755, provavelmente concernentes à função similar, de atribuição de fé pública aos documentos, existente no período colonial.

O acervo constitui-se de documentos notariais, quais sejam: livros de notas do I Tabelião, livros de notas do I Cartório, procurações, títulos de terras, recibos, cédulas rurais, guias de recolhimento de impostos, cédulas rurais pignoratícia e hipotecária, escritura de vendas de terras, escrituras de vendas de escravos, registros tórrens (que correspondem aos registros de processos judiciais intocáveis), subestabelecimento de procura (correspondendo às transferências de procurações), termos de fiança, protocolo das audiências do delegado, protocolo do primeiro tabelião, protocolo de processos, atas de correições, protocolo de entrega de autos. Os documentos notariais são tradicionalmente de grande interesse para a pesquisa histórica e sociológica pois permitem compreender, entre outros aspectos, as relações de posse da terra e a formação das oligarquias regionais. Os documentos fornecem dados também sobre a escravidão na região.

7 Diocese

A Diocese da cidade de Goiás abrange as paróquias de 21 cidades correspondendo à Prelazia de Rubiataba. A diocese coordena as atividades paroquiais e sacramentais da região, além de assistir aos sacerdotes e à comunidade. As atividades sacramentais correspondem ao cumprimento dos cinco sacramentos: batismo, crisma, casamento, ordenação e extrema-unção.

As cidades que compõem a Prelazia de Rubiataba estão agrupadas em cinco regiões: do Rio Vermelho, abrangendo as cidades de Britânia, Itapirapuã, Jussara, Novo Brasil, Fazenda Nova e

Santa Fé; região da Serra Dourada englobando as cidades de Goiás, Mossâmedes, Buriti, Sanclerlândia; região do Rio Urir, abrangendo as cidades de Itapuranga, Guaraitá, Heitoraí, Itaberaí, Itaguaraú, Taquaral de Goiás e, por fim, a região do Vale do Patrício, contando com as cidades de Carmo do Rio Verde, Ceres, Nova Glória e Uruana.

O acervo da diocese de Goiás se constitui, basicamente, pelos registros dos sacramentos realizados nas várias paróquias, que correspondem aos: talões de batizado, livros de registro de batizado, certidão de batismo, processos de casamento, livros de registros de casamento, requerimento de dispensa de impedimento matrimonial, dispensa matrimonial, livros de registro de crisma, certificados de crisma, livros de registro de óbitos. Além dos documentos referentes ao cumprimento das funções sacramentais, o acervo possui algumas atas de reuniões da diocese, material preparatório das reuniões, livros de contabilidade e uma coleção considerável de jornais tais como “O São Paulo”, produzido pela Diocese de São Paulo, e “Movimento”, jornal alternativo da década de 70.

O acervo da Diocese apresenta grande interesse para a pesquisa histórica e sociológica não apenas no que tange à vida da igreja na região, mas também por permitir quantificar atividades constantes como batizados e casamentos. Dentre os registros sacramentais foi possível encontrarmos também documentos sobre batismos e casamentos de escravos. As datas-limite dos documentos são de 1728 a 1995. Atualmente, o acervo está disponível à consulta e possui diferentes usuários, dentre os quais pesquisadores em nível pós-graduação e cidadãos com interesse em genealogia.

8 Gabinete Literário Goiano

O Gabinete Literário Goiano surgiu em 1864 para servir como biblioteca e espaço cultural da cidade. Foi fundado e é mantido por associados que contribuíam mensalmente para a formação do acervo e ocupou uma sala do Liceu de Goiás. Sempre alternando crises e períodos mais prósperos, o Gabinete conferia proeminência social aos seus diretores sendo, por isto, espaço de disputas envolvendo as lideranças políticas da cidade.

Em 1921 o Gabinete transferiu-se para o atual endereço e, em 1929, pela primeira vez, uma mulher foi eleita presidente, sendo desta época a edição do periódico “Folha Goiana”. Desde então, veio periodicamente fechando e abrindo suas portas, até que, em 1978, reestruturou sua associação, registrou novo estatuto e, com o apoio de diversos órgãos dos governos estadual e federal, procedeu ampla restauração da sede, dos móveis e mesmo de alguns documentos.

A instituição possui documentos de biblioteca e arquivo. A biblioteca conta com milhares de livros e revistas, entre os quais diversas obras raras, e 120 encadernações de jornais datados a partir de 1878. O acervo está disponível à consulta e possui diferentes usuários, dentre os quais pesquisadores em nível pós-graduação.

Quanto ao arquivo, a documentação inclui: correspondências solicitando ingresso na associação, autorizações de registros de associados (1892-99), listas de anuidades e pagamentos dos associados (manuscritas), ato fixando convênio entre o Estado de Goiás e o Gabinete, Relatórios da Presidência, estatutos, “O Lar” (jornal do Gabinete produzido apenas por mulheres entre 1926 e 1932), registros de empréstimos de livros a associados, correspondência solicitando pagamento de assinatura de revista (1932), bilhetes diversos (1891), cartas sugerindo compra de livro (1951), ficha datiloscópica, dados e impressões digitais dos eleitores (1933).

9 Cartório do II Ofício de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos, Protesto e II Tabelionato de Notas

O Cartório exerce funções notariais de registro de pessoas jurídicas, títulos e protestos civis, além das funções de tabelionato de notas. Seu acervo é formado por documentos notariais, que correspondem basicamente a registros de firmas comerciais, registros de sociedades civis, procurações, instrumentos e processos, escrituras de compra e venda, livros de notas, ações trabalhistas, relações de protestos, procurações de escrituras e correspondências. Possui interesse para a pesquisa, sobretudo no que tange ao desenvolvimento econômico da região.

10 Museu das Bandeiras

Criado em 1954 pelo então Departamento Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), o Museu das Bandeiras teve como núcleo inicial seu acervo a antiga Casa de Câmara e Cadeia, tombada como patrimônio histórico em 1951. Instalado neste edifício desde então, ele abrigou o arquivo documental da Junta da Real Fazenda e Ministério da Fazenda da Província de Goiás, documentos que constituem uma das mais importantes fontes de documentação sobre a administração pública da Região Centro-Oeste nos períodos colonial e imperial. O acervo referente ao período republicano, embora ainda não disponível à consulta, é também de uma riqueza excepcional.

O acervo do Museu das Bandeiras compõe-se de, no mínimo, onze fundos de arquivo, ou fragmentos de fundos, provenientes: da Delegacia fiscal do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda da Província de Goiás, do Ministério da Guerra da Província de Goiás, da Casa de Câmara e Cadeia, da Delegacia de Polícia, da Justiça Eleitoral, de fundos privados de famílias (não foi possível saber quantas), do Senado da Província de Goiás, da Junta da Real Fazenda, do Liceu de Goiás e Hospital de Caridade Pedro de Alcântara. Esse acervo possui um inestimável valor para a pesquisa, contendo documentos que datam de 1735 a 1954.

Além do acervo arquivístico, o Museu possui também um acervo bibliográfico contendo várias coleções de obras: a de Americano do Brasil (306 obras), a do Hospital de Caridade Pedro de Alcântara (9 obras), a de Ofélia Sócrates (217 obras), a da Coletoria Federal (322 obras) e uma coleção do próprio Museu (976 obras).

11 Câmara Municipal

Segundo o historiador Paulo Bertran (Bertran, 1994), a Câmara da cidade de Goiás, instituição com aproximadamente 225 anos de existência, é a mais antiga do Estado de Goiás, sendo anterior mesmo ao governo goiano. Durante o período colonial ela nomeava-se também Conselho, e era responsável pela autorização das doações de terras por sesmarias. A “Carta de Sesmaria”, expedida pelo Conselho, deveria, para ser legalizada, ser confirmada pela Coroa, recebendo selo real. Em Goiás, a “Carta” valia por si só, e as Ordens Régias, de 21 de março de 1744, que determinavam como deveriam ser doadas as terras de sesmarias, e a extensão destas terras, valiam menos do que a “substância” da propriedade fundiária.

Mais tarde, no processo de independência do Brasil, os primeiros a se manifestarem contra a administração colonial na cidade de Goiás foram os representantes da Câmara. Insatisfeitos com os Capitães Gerais, representantes diretos da metrópole, e aproveitando-se da morte do Capitão Geral João Manoel de Melo, em 1770, a Câmara elegeu uma junta governativa para substituí-lo. Em 1803 e 1820, ainda, ela desentendeu-se com o Capitão Geral e pretendeu substituí-lo do poder.

A atual Câmara Municipal possui 11 vereadores e foi criada em 1945, segundo informações do sr. Antônio Avelino Rosa, secretário administrativo da mesma. Nessa época, ela situava-se na rua Eugênio Jardim, funcionava apenas meio-período, sendo o número de vereadores e pessoal administrativo menor do que o atual. Suas funções conservam-se as mesmas desde então: aprovar leis e fiscalizar os atos do Poder Executivo.

O acervo da Câmara está disperso entre as seguintes instituições: a FECIGO, o Convento do Rosário, a própria Câmara e a Prefeitura. Na Câmara existe um acervo bastante interessante e antigo, contendo documentos datados de 1865, composto basicamente por: atas de reunião do Conselho Municipal e da Câmara, projetos de lei, petições, decretos, convites, pareceres, resoluções da mesa, requerimentos, livros de ponto, autógrafos, livros de indicações, atas de apuração de eleições, alistamentos eleitorais etc. Esse acervo pode ser de grande utilidade para historiadores, cientistas políticos, sociólogos e pesquisadores em outras disciplinas.

12 Poder Judiciário

O fundo de arquivo do Poder Judiciário, está dividido em duas seções, referentes às sub-atribuições dessa instituição: a Escrivania do Crime e a Escrivania da Família e Sucessões. São comuns as transferências de processos, determinadas pelo juiz competente da comarca de Goiás, a tribunais de justiça, comarcas, escrivanias e juízos. Outra característica desses documentos é que eles só podem ser consultados enquanto o processo está aberto, pelas partes envolvidas ou seus procuradores. Uma terceira pessoa que queira consultar os documentos deve ser autorizada pelo juiz competente.

O acervo é composto basicamente por: processos criminais e *habeas corpus*, datados de 1837 a 1997, termos de fiança criminais, livros de sessão dos juris, livros de registro de sentenças, livros de sessões de julgamentos, datados de 1923 a 1997, processos de separação, de divórcio, de pensão alimentar, de regulamentação de visitas, de guarda, de remoção de guarda, de tutela, de curatela por incapacidade mental ou física, de curatela de menor, de adoção, de dissolução de sociedade de fato, de reconhecimento de paternidade, de negatório de paternidade, inventários, arrolamentos, testamentos, confirmação de doação, desistência de herança, protestos, indenização, notificação judicial, nulidade de escritura, despejo, emissão de posse, habilitação de crédito, alvarás datados de 1836 a 1997.

Os grupos sociais particularizam e precisam seus valores sob a forma de normas, nas situações problemáticas de sua existência. As normas definem as ações autorizadas, as proibidas, as situações às quais a norma se aplica e a punição ao transgressor. Os profissionais ligados ao Poder Judiciário, juízes e advogados, estão em constante interação com diferentes grupos sociais, que esperam ver seus valores respeitados por normas específicas, nem sempre concordantes de um grupo para outro. Assim, a documentação encontrada no acervo do Poder Judiciário é reveladora dos valores e interesses de diferentes grupos sociais, principalmente daqueles que detém o poder e que são os mais capazes de fazer aplicar a norma. Ela é, também, reveladora dos valores e interesses dos grupos desviantes, punidos por estas normas.

13 Prefeitura

A prefeitura possui uma documentação bastante diversificada e que permite dimensionar a ação do Estado na cidade. Os tipos documentais que compõem o acervo são: notas de empenho, livros de controle orçamentários da prefeitura, livros de crédito, registros de mensagens, matrículas de alunos nas escolas, lançamento de décimo, livros de protocolo dos documentos, diário da coletoria do mercado, diário do agente, cobrança de impostos, décima urbana, assinatura dos eleitores da zona eleitoral, balanços econômicos, requerimentos, registros de licença, ofícios expedidos e recebidos e folhas de pagamento de funcionários.

Devido ao péssimo estado de conservação do material e da grande quantidade de inseticida (BHC) depositado sobre os documentos, não foi possível manuseá-los. Este fato nos impediu de conhecer mais detalhadamente o teor dos documentos. Mesmo assim, acreditamos que os

documentos possuem valor histórico uma vez que caracterizam a intervenção estatal na região. As datas-limite dos documentos são do início da colonização no século XVIII a 1950.